




**DA ARMADILHA DA
IDENTIDADE ÀS ALIANÇAS
PERFORMATIVAS: POR UMA
LUTA POLÍTICA DE
COALIZÃO**

FROM THE IDENTITY TRAP TO
PERFORMATIVE ALLIANCES: TOWARDS A
COALITIONAL POLITICAL STRUGGLE

DE LA TRAMPA DE LA IDENTIDAD A LAS
ALIANZAS PERFORMATIVAS: HACIA UNA
LUCHA POLÍTICA DE COALICIÓN

 10.5935/2177-6644.20230044

Inácio Antonio Silva de Mariz *

 [0000-0002-9962-3034](https://orcid.org/0000-0002-9962-3034)

Samuel de Sousa Nantes **

 [0000-0002-5257-1724](https://orcid.org/0000-0002-5257-1724)

Resumo: O artigo trata da questão da identidade e do identitarismo no interior da luta política baseada e norteadada pela representatividade. Partimos da problemática do identitarismo como meio pelo qual indivíduos organizam suas ações nas coletividades políticas contemporâneas, considerando as ideias centrais de Haider (2019) e Butler (2018a, 2018b). O objetivo da pesquisa é compreender o porquê da identidade se tornar um marcador problemático para o êxito das conquistas de grupos sociais.


Palavras-chave: Identidade. Identitarismo. Alianças. Performatividade.


Abstract: The article addresses the issue of identity and identitarianism within the realm of political struggle based on and guided by representativity. We start by examining the problematics of identitarianism as a means through which individuals organize their actions in contemporary political collectivities, considering the central ideas of Haider (2019) and Butler (2018a, 2018b). The research aims to understand why identity becomes a problematic marker for the success of social groups' achievements.

Key-words: Identity. Identitarianism. Alliances. Performativity.

Resumen: El artículo aborda la cuestión de la identidad y el identitarismo en el ámbito de la lucha política basada y guiada por la representatividad. Partimos de la problemática del identitarismo como medio a través del cual los individuos organizan sus acciones en las colectividades políticas contemporâneas, considerando las ideas centrales de Haider (2019) y Butler (2018a, 2018b). El objetivo de la investigación es comprender por qué la identidad se convierte en un marcador problemático para el éxito de los logros de los grupos sociales.

Palabras-clave: Identidad. Identitarismo. Alianzas. Performatividad.

* Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL.)  [4012355023828340](https://orcid.org/4012355023828340) - E-mail: inaciomariz@hotmail.com.

** Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL.)  [2111776432804552](https://orcid.org/2111776432804552) - E-mail: naantessamuel@gmail.com.

A identidade como marcador central da luta política

A democracia contemporânea é marcada pela emergência de disputas político-sociais pontuais e históricas no campo da representatividade, pressionadas por movimentos sociais e pelas transformações advindas dos novos processos de formação das identidades na sociedade e, conseqüentemente, no interior desses movimentos. Trata-se de mudanças subjetivas e sociais, menos pelas normas e leis vigentes na cultura do que pelo fato de sermos seres em constante relação de interpelação uns com os outros. De certa maneira, isso nos leva a buscar entender como as contradições em torno do tema da identidade podem “confundir” vários aspectos da luta política, desde a forma como esse conceito é construído até a sua internalização e instrumentalização para a mobilização popular.

A questão não deve ter relação alguma com um julgamento das práticas utilizadas por um movimento A ou B. No caso das lutas contemporâneas, por exemplo, chama a atenção o forte tensionamento no interior dos grupos e coletivos que buscam o reconhecimento de sua cor, gênero e, com isso, de seus direitos gerais, a partir da reivindicação de suas identidades. Se, por um lado, essas lutas denunciam o poder opressor do Estado e das organizações e discursos normativos vigentes, por outro lado, elas experimentam profundas contradições que impedem que algum tipo de aliança pela diferença possa ser consolidada no interior de um movimento sem que isso passe necessariamente por uma convergência entre aspectos comuns das identidades.

A fixação das identidades no interior dos movimentos contemporâneos é definida como identitarismo ou política identitária (HAIDER, 2019). A diferença entre identitarismo e identidade é fundamental para distinguir a identidade como campo necessário de reconhecimento de si e do outro, e o identitarismo enquanto inflexibilidade no convívio social e na luta política. Existem diferentes perspectivas e uma série de questões em torno das maneiras como essas lutas por reconhecimento participam das disputas de poder na sociedade, especialmente na forma de discursos e narrativas que se popularizam.

No caso brasileiro, por exemplo, podemos nos perguntar qual a barreira da adesão popular à luta política contra o preconceito racial, tendo em vista a maioria da população negra. As ideias de Haidar e Butler, que acompanhamos neste artigo, denunciam práticas fundadas na cristalização da identidade (identitarismo) e sua afirmação como lugar de segurança no interior dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que essa identidade pode apontar para a possibilidade da construção de alianças entre os diferentes campos de

reconhecimento a partir da performatividade. A investigação dos autores nos leva a deduzir um considerável distanciamento entre o sentido da luta identitária em contextos intelectualizados da sociedade que são fiadores dessa leitura, como a Universidade e espaços da política representativa, e os temas que verdadeiramente devem sustentar uma luta por reconhecimento da identidade, tais como as diversas desigualdades materiais e sociais que marcam os corpos precarizados.

Começamos por abordar a incongruência existente entre a orientação da pauta identitária e a realidade brasileira. A crítica é que os movimentos brasileiros importam uma visão norte-americana para pensar a nossa complexidade social. Soma-se a isso a própria falência desse tipo de visão nos domínios estadunidenses. A formulação de uma identidade concebida como inflexível e segura se mostra problemática para a luta política de lá. Haider (2019) afirma que as identidades não proporcionam necessariamente uma experiência de segurança e reconhecimento, havendo outros marcadores que atravessam este, uns extremamente mais fortes que outros, como é o caso da questão da classe social e da própria raça. Para o autor, a demanda individual por reconhecimento da identidade, quando desconsidera esses atravessamentos, consiste em um método político individualista, em vez de constituir uma luta coletiva contra uma estrutura opressora. Isto é, embora a luta pelo reconhecimento seja fundamental, não é aconselhável que isso necessariamente se converta em uma inflexibilidade no interior da disputa política.

Apesar da crítica à importação da teoria norte-americana na construção das análises e dos métodos de ação, é a essa teoria que vamos nos dedicar. Vamos discutir como as ideias de Haider e Butler podem servir de orientação sobre os imperativos éticos que somos capazes de carregar juntos em uma coletividade a partir de particularidades consideradas marcadores fundamentais de nossas diferenças e que historicamente, no interior de nossas relações e lutas políticas, têm produzido o efeito de nos afastar. Como elemento externo a isso, é fundamental a não complacência com as formas de opressão e a inadmissibilidade de prejuízos nas decisões políticas entre os “identitários”, em consideração aos acessos necessários para uma sobrevivência digna, e os impedimentos de esses sujeitos acessarem bens e serviços devido à política de precarização de suas vidas. A assimetria na “distribuição dos acessos” na contemporaneidade é condição fundamental para a manutenção das desigualdades. Vemos como ter uma identidade está diretamente relacionado à vida prática dos sujeitos.

Justamente pela capacidade de uma teoria que coloca em questão os próprios espaços de ação, as ideias e os conceitos produzidos por Butler ao longo das últimas décadas orientam

e mobilizam um conjunto de pesquisadores brasileiros que se debruçam sobre a temática da identidade (CORUJA, 2019; DEMITRI; TONELI, 2017; RODRIGUES, 2021). Não fixando o pensamento nas ideias sobre o gênero ou em algum outro marcador especificado, os pesquisadores se dedicam a mostrar como os aspectos políticos da obra da autora nos mobilizam a pensar possibilidades de alianças e transformações perante o conjunto de singularidades que constituem determinada realidade social. Nesse sentido, objetivamos seguir a linha da extração de problemas e questionamentos que também perpassam o trabalho de comentadores brasileiros, mas usando como referência a originalidade da autora principal, que tanto nos incute para uma atitude por meio da leitura e da teorização. Logo, não se trata de uma revisão bibliográfica sobre um determinado tema, obra ou conceito, mas de uma atitude metodológica de seguir o fio de questões que tensionam um conjunto de perguntas estimulantes ao desafio de pensar a identidade.

A escolha pelos autores como Butler (2018a) e Haider (2019) tem a intenção de trazer à cena dois corpos questionadores e com certa difusão de ideias sobre a política baseada na representatividade através de suas obras como também de suas trajetórias. Mais do que levantar a raiz de uma identidade nacional, suas diretrizes e demarcações históricas resultante da intensa força de violência e opressão, o artigo visa questionar o alcance de uma atividade política baseada em si mesmo. E, a partir dos autores citados, pensar em processos de alianças para além de predicativos que reforçam unicamente a legitimação de si. Haider é filho de imigrantes paquistaneses nos Estados Unidos, vivendo o atravessamento das contradições do movimento negro em seu tempo; já Butler é professora universitária de retórica e alçada à símbolo do movimento *Queer*. Não no que compete à identificação de ambos, a importância das obras se dá pelo esforço em ampliar os limites e possibilidades da identidade no tocante à luta política.

No contexto de desigualdade e precarização dos corpos, os dois autores concordam sobre a necessidade de um passo a mais. Para superar a reação em cadeia dos processos de violência sobre aqueles que reivindicam suas pautas políticas por meio dessas identidades precarizadas, Butler (2018a) fala da construção de uma política de coesão das diferenças. Para ela, essa é uma forma possível de experiência de liberdade com o outro através de dinâmicas de relações que incluem “suporte, ruptura, alegria e solidariedade”, moduladores de uma luta coletiva que tem o sentido de uma vida junto com os outros, com suas identidades, mas, independente disso, tornando possível a vivência de situações

transcendentes das formas preestabelecidas de identificação de cada um, assim como das formas pressupostas de coletividades.

Um dos desafios que Butler (2018a) enxerga no interior da luta política é entender como certas dinâmicas de poder funcionam no interior de coletividades aparentemente de forma espontânea e preservam consigo certa antinomia de sentido, como as manifestações de ruas no Brasil em junho de 2013. Como esses eventos produzem performatividades capazes de reverter a violência que instaura as formas políticas já instituídas, substituindo-as por outras? Na luta brasileira, a identidade é flexível, mas parece cristalizar o sujeito no interior de um enquadramento de normas políticas permeadas por vestígios ideológicos sobrepostos à intenção por mudança.

Vamos discorrer sobre a constituição de alianças por meio da performatividade mais adiante. O fato é que a aposta em alianças performativas no interior das lutas políticas está cada vez mais comprometida pela armadilha da identidade a que se refere Haider (2019), na medida em que essas identidades se convertem em “armadilhas” quando são vivenciadas no campo político como uma “política da identidade”. A armadilha de que fala Haider (2019, p. 9) está no fato de a identidade ser analisada “[...] como se fosse algo exterior às determinações da vida social”. Dessa forma, as identidades se tornam denominações instrumentalizadas no interior dos discursos que constituem os processos de poder da luta social.

A consequência dessa instrumentalização torna a identidade o ponto de partida e de chegada não apenas na autorreferência subjetiva desse sujeito de si, mas também em suas ações, suas pautas e reivindicações, gerando um circuito infinito de contradições que impedem os eventos surpreendentes que toda mobilização verdadeiramente política almeja se tornar. Sendo uma coisa que acaba em si antes mesmo de se tornar uma questão política, a identidade se compromete com as leis e com as condições instituídas para a conformação das alianças. Evidente que essas leis são flexíveis e têm suas particularidades dependendo de cada contexto. Isso não é o mais importante. O mais importante é que precisamos pensar experiências a partir das identidades que operem para o funcionamento incomum das normas que constituem nossas formas de relacionais.

Raça e gênero como marcadores identitários na política: da armadilha para a coalizão

A expressão “política identitária” na sua forma contemporânea foi introduzida nos Estados Unidos, no final dos anos 1970, por um grupo de militantes negras e lésbicas que faziam parte do Coletivo *Combahee River* (HAIDER, 2019). A política identitária para essas mulheres, que se identificavam como socialistas, seria a expressão de uma política mais radical que colocava a própria experiência no centro das análises, enraizando a política em suas identidades e denunciando como a identidade sexista e racista era responsável por minar um projeto revolucionário (HAIDER, 2019). Com o passar do tempo, até chegar aos dias atuais, essa estratégia política feminista radical, que visava superar algumas limitações do socialismo, acaba por se tornar uma problemática central nos grupos identitários principalmente de esquerda, entre outras razões, pela forma como a política liberal se utiliza da linguagem identitária na ascensão de seus projetos e líderes por todo o mundo.

Isso denuncia um caráter abstrato e manipulável da identidade dentro da luta política de ambos os lados, que resulta em contradições próprias de cada campo no que concerne aos problemas que surgem devido à centralidade da identidade como marcador da pauta de reivindicação política. De maneira geral, existe o problema de o discurso neoliberal contemporâneo ser alinhado à sustentação das identidades. Ele consegue reduzir as relações de poder que produzem as identidades às suas próprias leis, ou seja, em discursos e instituições que reiteram uma forma de coletividade dominante. A racionalidade contemporânea é capaz de instrumentalizar as identidades como conquistas definitivas de cada um, que resulta em um processo de sujeição contínua, prendendo-nos à norma estatal por meio de nossa própria capacidade de ação política (HAIDER, 2019).

A identidade como identitarismo causa um problema de método. A reivindicação por uma identidade política é extremamente válida e importante, mas a distância calculada por essa reivindicação para o horizonte de transformação que orienta as práticas diárias é a mais acertada? O lugar de onde se olha para a finalidade da ação está de acordo com o que se vê lá em seu fim e com as potencialidades de alternativas do presente? Quando falamos em uma identidade cristalizada ou abstrata estamos falando da instrumentalização das identidades na política. Haider (2019), por exemplo, dirige sua crítica para a forma como a política identitária se utiliza da categoria raça para formular suas políticas na atualidade. Para começar, instituiu-se uma ideologia racial que afirma que “[...] podemos categorizar as pessoas de acordo com características físicas específicas, que geralmente giram em torno da cor da pele” (HAIDER, 2019, p. 72). No entanto, essa “ideologização” que busca definir a raça como uma categoria no interior da luta política não é capaz de definir a existência de

peças que têm em comum a cor de pele de maneira generalista e homogênea, pois ser negro se mostra uma experiência indeterminada, que não pode ser pressuposta como portadora de uma essência fixa (HAIDER, 2019).

A ideologia negra como discurso da política identitária se torna um problema para os militantes norte-americanos. Primeiro porque desconsidera que a forma primordial de raça que serve como parâmetro para a constituição de uma ideologia de raça adotada em seu país é a branca. A história mostra que, apesar da escassez de teorização sobre a raça branca, ela instrumentaliza uma série de privilégios que a levou inclusive a instituir uma raça que seria sua oposta e à qual dirigiria sua agressividade (HAIDER, 2019). O autor chama de supremacia branca o fenômeno em que os interesses de um grupo de pessoas se reorganizam na ficção de uma raça cuja história é mantida através de um processo de violência e opressão contra pessoas de outra cor. A força de trabalho dos brancos norte-americanos, antes da explosão do comércio de escravizados africanos, era de imigrantes brancos das colônias britânicas que chegam aos Estados Unidos como trabalhadores não livres (PAINTER *apud* HAIDER, 2019). Até então, “[...] as definições de branquitude como liberdade e negritude como escravidão não existiam” (HAIDER, 2019, p. 84-85), e cor e condições de trabalho entre negros e europeus não eram um elemento diferenciador. Em meados do século XVII, a solidariedade entre a raça branca garantiu sua supremacia na transição da sociedade americana para o capitalismo. Foi nesse momento que a supremacia branca conseguiu formular uma identidade negra sob o signo da escravidão, já que a escravidão nem sempre é racial (HAIDER, 2019).

Esse acontecimento histórico é determinado por um evento. A *Revolta de Bacon*, em 1676, foi uma aliança insurrecional de trabalhadores europeus e africanos contra a classe de fazendeiros norte-americanos. Para desmobilizar a revolta dos trabalhadores, a classe branca dominante norte-americana se aliou aos trabalhadores europeus, fortalecendo a branquitude como "categoria legal" e criando uma aliança entre os sujeitos por sua cor. Dessa forma, desenvolveu uma ideologia que trabalhadores africanos eram inferiores para retirar o trabalhador europeu branco dessa condição, e incorporá-lo em um novo processo de subordinação e exploração. Várias nacionalidades europeias foram incorporadas à raça branca norte-americana com o principal intuito de legitimar a exploração dos trabalhadores negros e fragmentar as alianças insurrecionais produzidas contra os senhores (HAIDER, 2019).

A categoria identitária “negro” é forjada pela aliança pontual da branquitude, mais do que por um processo de reconhecimento da identidade do sujeito negro por si próprio. Essa profunda contradição que instituiu a raça negra como uma ideologia inferiorizada relacionada com a escravidão nos Estados Unidos trouxe uma série de consequências para a luta dos movimentos de trabalhadores da época. A aliança entre socialistas brancos e negros nos movimentos de trabalhadores não foi capaz de assimilar as incongruências que surgiam no interior dessas lutas. Mesmo não tendo uma orientação racista, a maioria das primeiras organizações socialistas “[...] não conseguiu reconhecer que havia algo de singular nas demandas dos trabalhadores negros” (HAIDER, 2019, p. 90). Além disso, as alianças constituídas ao longo do tempo em torno de um projeto de frente única negra e a eleição de representantes negros não foram capazes de combater ou contestar as estruturas capitalistas que sustentam o racismo, já que as políticas reproduzidas pelos negros eram uma continuidade do *establishment*: a experiência demonstrava que “[...] não havia relação direta entre identidade e política” (HAIDER, 2019).

São essas questões que levam Haider (2019) a falar das identidades como armadilhas. Armadilha porque não se trata de prescindir da identidade como maneira de compreender as contradições no interior da luta política. Com o Coletivo *Combahee River* isso deu certo. Mas, em outro caso, foi um contexto de solidariedade branca que instrumentalizou a questão em benefício de um fazer político próprio. O identitarismo não representa um processo de reconhecimento da identidade pelo negro que cria uma aliança espontânea no interior de uma luta política pelos aspectos histórico e social que compõem esse reconhecimento e essa luta. Por isso, ele pode, por exemplo, contribuir até mesmo com a continuidade de processos de segregação e opressão, devido à complexidade que é se reconhecer numa identidade negra e adotá-la como perspectiva ou métodos de práticas políticas. Tendo como principal exemplo a luta antirracista, para Haider (2019, p. 49-50):

Na sua forma ideológica contemporânea, diferentemente da sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária, a política identitária é um método individualista. Ela é baseada na demanda individual por reconhecimento e toma essa identidade individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente. E porque todos nós temos necessariamente uma identidade que é diferente da de todos os outros, ela enfraquece a possibilidade de auto-organização coletiva. O paradigma da identidade reduz a política ao que você é como indivíduo e a ganhar reconhecimento como indivíduo, invés de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar.

O autor identifica uma espécie de anacronismo que prescinde do fato histórico da aliança da branquitude norte-americana que serve para formular o conceito, ao mesmo tempo que instaura uma lógica individualista sobre a identidade do sujeito negro que faz retornar contradições similares à formulação racista branca da fundação do conceito racial. Dito de outra forma, a força política da identidade racializada recai em um efeito contrário do sentido da luta política, e não pela cristalização ou abstração que esse termo representa hoje, mas pelas ações realizadas no interior desses movimentos a partir de uma política identitária e como, por exemplo, campos opostos conseguem instrumentalizar essas ações de modo a alavancar a aceitação de suas pautas. Ou seja, a metodologia em torno do conceito prejudica a finalidade a partir dos próprios meios no campo da prática política.

Essa não é uma contradição exclusiva do movimento negro. A crítica de Butler é dirigida ao movimento feminista, que, segundo a autora, também parte de bases sólidas, mas propicia contradições de acordo com a instrumentalização de denominações do processo. Em Haider, o marcador essencial da identidade é a cor da pele com a qual o sujeito se identifica, e, no caso de Butler, o marcador identitário que atravessa o reconhecimento de si feminista é o gênero. Para Butler (2018b), é fundamental que os movimentos de mulheres não assumam uma identidade específica que pressuponha o conteúdo da noção de “mulheres”. Segundo a autora, não é possível uma aliança que pressupõe a existência de uma categoria “mulheres” de antemão, precisando apenas ser preenchida por outros componentes como raça, classe, idade, etnia, sexualidade etc. Essa aliança comprometeria a ação política pela existência de uma “unidade” fornecida pela identidade. É a partir dessa crítica que a autora chama a atenção para a necessidade da formação de “políticas de coalizão”.

A concepção de políticas de coalizão é orientadora para superar a contradição em torno do caráter individualista que políticas identitárias podem assumir. No caso específico da identidade de gênero “mulher”, as políticas de coalizão propõem “[...] um conjunto de encontros dialógicos mediante o qual mulheres diferentemente posicionadas articulem identidades separadas na estrutura de uma coalizão emergente” (BUTLER, 2018b, p. 39). Dessa forma, a hipótese de uma incompletude essencial à noção de “mulheres” é fundamental para que essa luta sirva como um espaço de contestação permanente dos significados atribuídos a essa categoria, reconhecendo-a como uma categoria com uma incompletude por definição e que pode ser absorvida como ideal normativo livre de regimes de forças coercitivas (BUTLER, 2018b).

Embora seja evidente o esforço democrático na construção de alianças, o problema colocado pelas identidades é que elas antecipam “[...] uma forma ideal para as estruturas da coalizão” (BUTLER, 2018b, p. 39). Assim, em vez de objetivar uma “unidade”, a partir das identidades bem definidas, as coalizões devem “[...] reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas” (BUTLER, 2018b, p. 40) para produzirem efeitos políticos coletivos. Abrir mão de uma determinação identitária significa suspender os termos já postos e, muitas vezes, considerados indispensáveis para a construção de coalizões políticas. Isso pode possibilitar o surgimento de condições ainda não experimentadas. Segundo Butler (2018b, p. 41):

Essa abordagem antifundacionista da política de coalizões não supõe que a ‘identidade’ seja uma premissa, nem que a forma ou significado da assembleia coalizada possa ser conhecida antes de realizar-se na prática. Considerando que a articulação de uma identidade nos termos culturais disponíveis instaura uma definição que exclui previamente o surgimento de novos conceitos de identidades nas ações politicamente engajadas e por meio delas, a tática fundacionista não é capaz de tomar como objetivo a transformação ou expansão dos conceitos de identidades existentes.

Alianças performativas ao invés de alianças identitárias

A constituição de uma identidade fixada no reconhecimento de si e dos pares, através dos mesmos demarcadores sócio-políticos, transformou-se em eixo central na discussão de Butler (2018b) sobre a categoria mulher, assim como o impacto da identidade nos movimentos feministas. O seu debate passa por diversos questionamentos sobre a amplitude e alcance das demandas que, anteriormente, estavam relacionadas à vida privada dos sujeitos e à possibilidade de aliança a partir do enraizamento da mulher em uma identidade fechada para as outras formas de reconhecimento. Nesse período, os movimentos começaram a abrir espaço para questionamentos internos e a repensar as suas bases epistemológicas e práticas, justamente por causa do esgotamento das possibilidades advindas do fechamento do grupo no tocante às alianças com outras pautas de opressão e desigualdade social. O que é ser mulher passava, segundo Butler (2018b), por um período de naturalização do corpo através do pensamento binário da sexualidade. Isto é, a imaginação das relações estava ancorada nas normativas sobre o que é o homem e o que é a mulher.

Diante do cenário binário da identidade do corpo da mulher, os movimentos não abriam margem ao diálogo com outros grupos e escamoteavam a interseccionalidade presente nos próprios movimentos. As mulheres negras, pessoas trans, *drag queens*, entre outras formas de gênero, e demarcadores de raça e classe eram renegadas a segundo plano e

colocadas à margem (RODRIGUES, 2021). A especificidade de cada sujeito presente nos movimentos e a interseccionalidade oriunda da própria pluralidade de cada corpo colocava em questão a própria artificialidade da identidade. A pluralidade não conseguia se manifestar como distinção fundamental da força coletiva desse grupo, mas não deixava de denunciar o impasse insuperável de como a utilização dos discursos que reproduzem uma ideia de identidade fixada e inflexível dissimula a força das práticas plurais e complexas dessa identidades, incorrendo em uma essencialidade. A reunião de mulheres deixava de considerar que esses encontros transitórios e não programados são convocados também por um corpo vivo, nas palavras da autora: “[...] com direito a viver e persistir, até mesmo florescer” (BUTLER, 2018a, p. 24).

Diante da artificialidade da identidade e objetivando repensar as pautas dos movimentos a partir de um outro conceito, Butler (2019) formula uma crítica ao conceito da identidade e adota o conceito de performatividade como alternativa. Não se trata de uma simples troca de termos ou conceitos, mas de uma virada epistemológica decisiva nos movimentos de gênero. Como se trata de reconhecimento e de uma pauta presente no campo da cultura, a performatividade das ações é um conceito em disputa no âmbito dos movimentos sociais, tanto na esfera política quanto teórica. Para Butler (2018b), a identidade não é mais destacada enquanto a essência do humano. Fruto de um conjunto de repetições das práticas sociais responsáveis pela sua criação e consolidação, a identidade nada mais é do que a fixação de uma regra criada a partir de uma gramática de poder.

Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre poder e identidade. Não somente porque o poder constrói meios de adesão social e vinculação de reconhecimento entre os corpos, e com isso controla os limites da visibilidade, mas também porque os corpos que resistem ao poder também continuam realizando seus processos. As nomeações do excedente — os que estão fora do espaço de reconhecimento — são constantemente recriadas e reafirmadas pelo poder, pois essas ações são advindas das normas. E, nesse sentido, como se trata da impossibilidade de criar um núcleo de resistência fora do quadro normativo de poder presente — já que não existe resistência sem a norma —, o que está em jogo é a capacidade dos corpos de desestabilizarem a própria norma que os constitui. Essa questão é decisiva para pensar a possibilidade e a capacidade de ação de um sujeito na cena de opressão.

A performatividade representa a possibilidade de um sujeito, ao repetir as normas, transformá-las ou rompê-las. Essa transformação ou rompimento pode fazer com que a proliferação do poder entre os corpos ganhe contornos diferentes a partir da sua própria

repetição. Se o poder consegue a sua manutenção por meio da reprodução reiterada das normas, o sujeito também pode responder a essa gramática performando-a. Butler (2018a) fala em colocar em evidência o fato de que os elementos centrais na cena do enquadramento nunca contiveram realmente a cena que tinham a intenção de ilustrar. Nesse caso, os corpos não são somente guiados pelos efeitos das normas, mas criam suas próprias normatividades a partir delas. Mais uma vez, essa leitura denota a capacidade de os corpos desestabilizarem a própria lei que os constitui.

Essa é a força da conceituação política da performatividade, principalmente no tocante às manifestações plurais. Ela pode nos levar a imaginar corpos que se reúnem, antes de qualquer outra coisa, em prol de sua existência e da existência do outro (RODRIGUES, 2021). E que esses problemas não são falsos problemas que apenas deixam intocado o poder e não possuem força suficiente para a transformação. O que está posto em questão é o fato de a norma não dar conta de limitar seus próprios termos, podendo o sujeito, a partir de condições específicas e particulares de seus processos de identificação, transgredi-los, transformá-los e transportá-los a partir desses termos.

O aparecimento de movimentos políticos em que os principais agentes performáticos são as pessoas em situação de precariedade na esfera pública, por exemplo, expõe a condição de vulnerabilidade oriunda da proliferação de uma determinada norma, e isso não pode apagar a força da reunião do ponto de vista da iniciativa dos sujeitos (DEMITRI; TONELLI, 2017). E quando um grupo de pessoas vulneráveis está reunido em um espaço de reivindicação, essa reunião é, em última instância, a busca por um reconhecimento da existência pela política, uma performatividade plural para que se lance uma lente de aumento sobre a condição de vulnerabilidade que lhes é comum. Com essa lente aumentada, veremos que essas pessoas reivindicam o reconhecimento para que elas vivam uma vida possível de ser vivida (BUTLER, 2018a). E, na medida em que esses sujeitos demonstram ter uma vida possível de ser vivida, eles exigem concomitante a isso condições favoráveis à reprodução dessa vida.

As vidas precárias ligam-se à ação performativa quando o sujeito aparece na cena social expondo quem é considerado sujeito ou não, quem pode ser lido como um ser vivente ou não, quem é reconhecido ou não no campo dos direitos essenciais, afinal, como aqueles que não têm direito a acessar condições objetivas e subjetivas para viver sua vida possível respondem e reivindicam um outro lugar na existência em sociedade? Podemos assim chamar de performatividade o direito de aparecer como uma “[...] demanda corporal por um conjunto

de vidas vivíveis” (BUTLER, 2018a, p. 32). Quando os sujeitos se reúnem, manifesta-se a compreensão da situação compartilhada ou o início de um entendimento sobre o sentido dessa reunião, pois eles estão afirmando que não são descartáveis pelo fato de suas vidas serem uma persistente luta contra a precariedade. E isso é responsabilidade menos deles que de qualquer outro agente social e político. A presença corporal desses sujeitos é a sua forma de enunciar por meio da performatividade outra forma de existir como uma identidade. Forma essa ofuscada por uma série de fatores, especialmente pelos perspectivismos das ideologias políticas sobre o lugar desse corpo no contexto de desigualdade social e precariedade. Reunir-se, denunciar o sofrimento que é viver uma vida sem o apoio material básico e indignar-se são o modo de não aceitar as restrições das normas tal como são colocadas. É a maneira de cada um “[...] lutar por modos de vida nos quais atos performativos lutem contra a condição precária, uma luta que busca descortinar um futuro no qual possamos viver novos modos sociais de existências” (BUTLER, 2018a, p. 67).

Se corpos são rotulados enquanto vidas descartáveis, então essas vidas nunca serão vividas nem reconhecidas. Para isso, um conjunto de medidas são disponibilizadas para sustentar tais vidas enquanto esquecidas e não merecedoras de reconhecimento, tanto no campo das violências como no das garantias. Diante disso, a performatividade plural não é somente o meio pelo qual o corpo expõe a sua precariedade, mas é também um modo de persistir e permanecer existindo. Justamente por isso, performar a própria norma será tanto o “[...] processo de ser objeto de uma ação quanto às condições e possibilidades para a ação” (BUTLER, 2018a, p. 72), a qual funciona numa “[...] relação cruzada entre corpo e linguagem” (BUTLER, 2018a, p. 154). No contexto da luta política, podemos dizer que o ato performativo plural “[...] nos anima de uma maneira corporificada” (BUTLER, 2018a, p. 73).

Consolida-se, com isso, uma noção de aliança a partir da força da transmissão presente no ato, no que representa a imagem de tantos corpos reunidos para, acima de tudo, representar um “nós” político. Além disso, outro ponto relevante nessa constituição de alianças é que elas se formam de maneira inesperada sob condições voluntárias, mas relacionadas a sua função crítica. São manifestações que insistem na não submissão a uma exigência de poder. Dentro da própria organização os corpos discutem, brigam, colocam os impasses e formam um conjunto de desentendimentos. O descontentamento é exposto em palavras e atos, colocando o fato de que as alianças não ocorrem de forma romantizada e pacífica (RODRIGUES, 2021).

As identidades, nesse caso, entram em uma espécie de curto-circuito positivo. A sua existência e luta individual necessita de um nós que possibilita e viabiliza a sua reivindicação. E quando essa luta individual é exposta à cena pública fica explícita a artificialidade da universalidade existente, ou seja, faz-se transparecer que a verdadeira universalidade, a que realmente aceita todas as formas de existência, ainda está em vias de criação (HAIDER, 2019) e que a sua concretização depende de um conjunto de alianças possibilitadoras de crítica à norma e produtora de espaços que questionem de fato os regimes detentores do controle do reconhecimento político, considerando as tensões existentes entre os acordos de alianças e a sua efetividade no campo da *práxis*, com entusiasmo para superá-los. Esse entusiasmo diz do desejo de fazer parcerias apesar dos estranhamentos que elas possam gerar em um primeiro momento. Ambas as partes estão considerando o cálculo político da insegurança própria da relação com o outro como aquilo capaz de produzir arranjos formais para firmar parcerias neste momento, em prol de uma causa e baseados em um contrato social explícito ou apenas em um cálculo de interesse. Uma vez que o objetivo seja alcançado ou uma das partes não cumpra com o prometido, as alianças podem imediatamente serem desfeitas.

Quando falamos nesses processos de aliança oriundos de uma performatividade plural, falamos de uma unidade que nunca será (BUTLER, 2018a). São alianças que nem sempre são referendadas, como se houvesse um contrato definitivo. Algumas delas são construídas de forma improvisada e contingente, atravessadas por diferentes formas de expressão provisórias em marcadores como raça, gênero, classe e religião, assim como formas diversas de linguagens e culturas. Estamos falando, antes de tudo, de uma modalidade de aliança baseada nas ações dos corpos que se unem e se arriscam em prol de uma vida possível de ser vivida dignamente. E, para isso, formam coalizões que obstinam uma existência mais justa, lutando com a precariedade do ponto de vista prático e contra a precariedade quanto a sua finalidade (RODRIGUES, 2021).

O fato que marca esses sujeitos e transforma essa luta em reivindicação social profunda é: a maioria de nós vive em condição precária e vulnerável, à mercê da “[...] destruição pelos outros que decorre de uma condição de precariedade em todos os modos de interdependência política e social” (BUTLER, 2018a, p. 133). Aliança é um bom termo quando pensamos nesses encontros para a construção de uma luta política, tendo em vista que esta se constitui de coligações difíceis, imprevisíveis e, por vezes, inesperadas. Um exemplo desse sentido de aliança está no modo performático de reuniões plurais improvisadas em

praças, ruas e avenidas, que transmitem uma ideia e uma imagem somente pela forma própria de sua aparição. Uma assembleia baseada em uma determinada ideia sobre nós, referente a algo que promoveu essa reunião, mesmo quando outros corpos não estão presentes e as divergências acontecem, além de outros fatores que levam à visão hegemônica de que essas reuniões são “vazias de sentido”, como se isso tivesse uma importância sobressalente para a causa política dos que se reúnem, quando não tem. Afinal, um regime de reconhecimento que interpreta esses aparecimentos como “vazios de sentido” apenas demonstra os limites de sua interpretação.

Considerações finais

É importante a política identitária responder se é capaz de dissolver a própria identidade como ação pragmática e o que essa dissolução apontaria. O que os trabalhos recentes de autores como Butler (2018a, 2018b) e Haider (2019) fazem é questionar a maneira como se utiliza do identitarismo propriamente em sua forma ideológica para mobilizar corpos e lutas políticas. Temos visto isso representado na maneira como espectros ideológicos disputam algumas narrativas na luta por protagonismo e engajamento social, e como isso reverbera, em diversos casos, em uma troca de acusações mútuas.

O identitarismo de que se fala e que precisa ser superado corresponde à fixação de uma identidade inflexível como denominador central e incontestável para a afirmação de uma coletividade política. Isso resulta na visão limitadora de que grupos políticos e coletividades diversas precisam de uma identidade comum para apostar em uma ação política transformadora. Haider e Butler, a partir de seus trabalhos, descrevem, para além do equívoco desse pensamento, formas diversas em que se pode dar a luta por reconhecimento no interior da política, capazes de superar a pressuposição imposta pelo identitarismo, apontando para os vários marcadores, ainda que distintos entre eles, que podem conformar uma coletividade não só a partir de processos de identificação, como também a partir das diferenças e singularidades dos membros dos grupos.

Para os autores, o aspecto do que há de comum entre a reivindicação dos grupos não está somente voltado para os aspectos relacionados às identidades dos indivíduos. Na verdade, esse ponto de vista aponta apenas para o problema da cristalização das identidades no contexto da luta política e a demanda por reconhecimento individualizado dos sujeitos. Dessa forma, são diversos os marcadores relacionados principalmente a imperativos éticos e políticos que atravessam uma luta política, com potenciais de fazer um grupo de pessoas

construírem uma coletividade para a reivindicação de suas pautas. Quando a luta por reconhecimento da identidade se sobrepõe a esses atravessamentos, acaba por contribuir com a reprodução da estrutura autoritária e opressora.

Butler nos fala de uma política de coalizão, isto é, uma política de coesão de diferenças entre os participantes de uma coletividade, como forma de superar o aspecto abstrato da identidade. Isso seria possível mediante o reconhecimento da performatividade dos indivíduos na luta coletiva. Segundo Butler, identidades são normas performadas repetidas vezes até que chegam a um estado de cristalização. E, sendo assim, é possível para os indivíduos performarem suas identidades sem que isso signifique a reiteração literal das normas que as constituem. Logo, a performatividade seria a possibilidade de trazer para dentro da cena política aspectos distintos daqueles que são reconhecidos como comuns apenas pelo fato de aparecerem reunidos, reivindicando as condições para uma vida possível de ser vivida. A performatividade de suas identidades significa, nesses casos, a ação dos próprios corpos e suas condições espontâneas de desestabilizar o conjunto de leis e normas que guiam o destino das reivindicações, orientando para contextos inéditos no interior da luta política.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 edições, 2019.

CORUJA, Paula. Uma cartografia do conceito Butleriano de performatividade. *In*: 42 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belém: **Anais 42 Intercom**, 2019.

DEMITRI, Felipe Dutra; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Performatividade Contra a Precariedade: modulações do sujeito político na obra de Judith Butler. **Psicologia Política**, v. 17, n. 39, 2017, p. 318-326.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Trad. Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

RODRIGUES, Carla. **O luto entre clínica e política**: Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

*Artigo submetido em: 26 de agosto de 2023.
Artigo aprovado em: 10 de novembro de 2023.*